478ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE POLÍTICA SOBRE DROGAS DO DISTRITO FEDERAL

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia primeiro de março de 2012, na sala 7 da Escola de Governo do Distrito Federal, reuniu-se a quadringentésima septuagésima oitava reunião ordinária do Conen, sob a presidência do conselheiro Osmar Alves de Melo, vice-presidente, e presentes os conselheiros: Alexandre Rocha de Matos, Maria do Socorro Paiva Garrido, Luiz Geraldo Matheus Figueira, Julio Cezar Pimentel de Santana, César Ricardo Rodrigues Cunha, Cirlândio Martins dos Santos, Luiz Alexandre Gratão Fernandes, , Daisy Rotávio Jansen Watanabe, Laura Beatriz Castelo Branco Alves S. Rito, Antônio Raimundo Negrão Costa, Rosemary Soares Antunes Rainha, Lívia Márcia Faria e Silva, Aryadne Marcia Argolo Muniz, Francisco Ramalho Medeiros. Presentes os suplentes José do Nascimento Martins, Jurema Paulo do Nascimento. E ausentes: Maraísa Bezerra Lessa; Olga Maria Pimetel, por estar em gozo de licença à maternidade e foi representada por sua suplente - Lídia Dourado Clímaco. A seguir serão resumidas, na ordem cronológica em que foram abordadas, as discussões e deliberações. Dando inicio aos trabalhos, o vice-presidente Osmar Alves de Melo declarou aberto à plenária anunciando a ausência do presidente Mário Gil por motivo de doença em família. Presidindo então fez a leitura da pauta para a reunião e abriu para inclusões. Não havendo, O vice-presidente anunciou sua impossibilidade de condução dos trabalhos nesta plenária em virtude de compromisso oficial inadiável, pediu autorização aos conselheiros para ausentar-se e lembrou o artigo 20 do Regimento Interno deste conselho onde, após aberto para sugestões, o conselheiro Negrão sugeriu que os trabalhos sejam conduzidos pelo conselheiro Alexandre Rocha, como não houve mais nenhuma sugestão o vice-presidente abriu para aprovação onde todos os conselheiros presentes aprovaram a indicação. Assumindo a seção, o conselheiro Alexandre Rocha fez leitura da Ata 477ª reunião, que tratou sobre as Câmaras Técnicas, e após entregou cópia da composição das câmaras a cada conselheiro. O conselheiro Ramalho questionou o número de conselheiros em cada câmara. O presidente em exercício fez novamente a leitura da ata que esclareceu a duvida. Após aprovação da Ata, o presidente em exercício avaliou o primeiro item da pauta, que trata sobre as câmaras técnicas e ponderou que o assunto deve ser tratado em futura plenária, com a presença do presidente deste conselho. Após consentimento de todos, o presidente em exercício passou para o item de número dois da pauta e informou que o pagamento será feito a participação dos conselheiros proporcionalmente ao número de reuniões. A conselheira Lívia considerou prudente participar de apenas uma câmara técnica, pedindo a inclusão de seu nome na câmara de educação e pesquisa. As conselheiras Daisy e Aryadne perguntaram como fica o pagamento de jeton no caso de ausência justificada. O presidente em exercício fez a leitura dos artigos 13 e 6º do Regimento Interno deste conselho e também do artigo 7º da Lei nº 4.585/2011. Concluiu o presidente em exercício dizendo que todas as reuniões deste conselho deverão ser consideradas para o pagamento dos Jetons. A conselheira Aryadne sugeriu que as reuniões extraordinárias não sejam incluídas na proporcionalidade. O presidente em exercício sugeriu então que, para pagamento de jeton serão consideradas duas reuniões ordinárias: uma regimental e outra das câmaras técnicas. O

Conselheiro Pimentel sugeriu que seja contada a ordinária do colegiado. Diante das sugestões, o presidente em exercício pediu aprovação do plenário onde a maioria votou pela segunda proposta. Assim, o presidente em exercício deu por aprovado, mas abriu uma ressalva: informou que vai levar a questão para apreciação e pronunciamento da Assessoria Jurídico-Legislativa da Secretaria de Justiça, pois a Lei não prevê exclusividade das reuniões. Passando para o terceiro item da pauta, sobre Relatórios e Pareceres, a conselheira Maria Garrido fez a leitura do relatório sobre a visita à comunidade terapêutica Nova Esperança, onde após ofereceu parecer favorável ao registro precário por 1 ano. Na discussão, o conselheiro Ramalho expôs o debate sobre a facilidade de as comunidades terapêuticas se adequarem à Resolução da Diretoria Colegiada nº 29 e alertou para o prazo de adequação, dia 30 de junho. Ainda o Conselheiro Ramalho sugeriu maior cuidado deste conselho ao conceder registro precário seja dado um prazo de três meses para a comunidade apresentar um plano de adequação, sob pena de perder o registro. A conselheira Rosymeire avaliou com cuidado esta situação alegando das dificuldades destas comunidades para adequação à legislação e que este conselho deve trabalhar para trazê-las para perto deste conselho fazendo seus registros. O conselheiro Negrão falou sobre as dificuldades de as comunidades terapêuticas se organizarem e solicitou que os conselheiros criem uma nova maneira de auxiliar essas comunidades para se adequarem. A conselheira Aryadne compartilhou da opinião do conselheiro Ramalho, acrescentando que este conselho deve ser local de acolhimento, mas com responsabilidade e que deve, sim, fiscalizar se estão trabalhando para adequar-se. O presidente em exercício firmou a necessidade da discussão e salientou sobre a previsão da concessão precária na RDC 003/2009- SUBCAD, que cria o Cadastro de Entes e Agentes antidrogas do DF, e que este conselho deve ajudar no processo de legalização, mas que é necessário, durante o prazo de adequação, que o conselho volte à comunidade para fiscalizar o andamento das reformas. Informou sobre algumas ações e convênios firmados pela Subsecretaria de Política sobre Drogas para apoiar essas comunidades no seu processo de regularização. Alertou que essas ações serão expostas posteriormente com mais clareza pelo subsecretário e presidente Mário Gil. Após as discussões, o presidente em exercício pediu aprovação do relatório onde, após aprovado pelos conselheiros presentes, ficou concedido o registro de ente e agente antidrogas à comunidade Nova Esperança o registro precário de 1 ano, com a ressalva de 3 meses para apresentar um plano de adequação. A conselheira Maria Garrido fez leitura do relatório sobre a visita ao Instituto Crescer. Ao final da leitura, o conselheiro Ramalho pediu a exclusão de alguns documentos exigidos da comunidade para concessão do registro. O presidente em exercício informou que já existe uma proposta para rever a Resolução Normativa nº 03/2009, e que o assunto será tratado em futura plenária. Após votação foi concedido registro precário ao Instituto Crescer com prazo de três meses para adequação. A conselheira Daisy fez leitura do relatório sobre a visita à comunidade Bom Samaritano. Ao final do relatório, houve indagação por parte da conselheira Rosemary sobre a impossibilidade de conceder o registro, já que a instituição fica em Goiás, sendo assim, invasão de competência. O presidente em exercício falou que a comunidade está em uma região de abrangência da Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal– RIDE, mas que estará buscando a legislação para ser discutido na próxima plenária. A conselheira

Daisy devolveu o processo ao Conen. A conselheira Lídia leu relatório da visita à comunidade Leão de Judá e após, sugeriu o parecer de concessão do registro precário, com prazo de 3 meses para se adequar às solicitações dos conselheiros e à RDC 29, sob pena de perder a concessão. Após discutidos por todos o relatório foi votado e aprovado por todos os conselheiros presentes. Dando continuidade à pauta, o presidente em exercício passou para os assuntos gerais. Informou sobre o I Fórum Distrital sobre Drogas Ilícitas do Distrito Federal, que será realizado dia 15 de março, sugeriu a inscrição de todos e disponibilizou a Subsecretaria sobre drogas para esclarecimentos que fizerem necessário. O presidente em exercício informou sobre um memorando tramitando na assessoria jurídica da secretaria em face do questionamento feito, na plenária anterior, pela conselheira Maraísa Bezerra em relação ao pagamento de jeton para cargos em comissão. O presidente em exercício fez a entrega de processos designados para os conselheiros para visita à comunidade ACAT. O presidente em exercício entregou documentos para averiguar e apurar denúncias de maus tratos por duas comunidades: El Shadai e Clínica Ser. O presidente em exercício falou sobre o Encontro Antidrogas em Palmas, quando a conselheira Aryadne expôs sua indignação sobre a forma descortês dispensada ao Conselho pela organização do evento. O presidente respondeu que vai levar o assunto para esclarecimento da organização. A conselheira Jurema fez a denuncia sobre comunidades terapêuticas que estão exigindo vários exames antes do acolhimento, podendo ser configurado como uma atitude ilegal que deve ser discutida por este conselho. O presidente em exercício informou que o adiantado da hora não dava pra levantar este debate, mas que a próxima plenária será como item de pauta. Nada mais havendo a tratar, às doze horas e vinte e oito minutos foi dada por encerrada a sessão. E, para constar, eu, Aline Baeza, redigi, lavrei e datei o presente ata que, após lida, vai assinada por mim e pelo presidente em exercício, Sr. Alexandre Matos.

ALEXANDRE MATOS
Presidente em exercício

ALINE BAEZA
Assessora